

PROCESSO	- A.I. Nº 232943.0049/03-8
RECORRENTE	- ROMICILIA FRANÇA DA SILVA
RECORRIDA	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO	- RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 2ª JJF nº 0413-02/03
ORIGEM	- IFMT-DAT/SUL
INTERNET	- 07.01.04

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0191-12/03

EMENTA: ICMS. LIVROS FISCAIS. LIVRO DE MOVIMENTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS. EXTRAVIO. MULTA. Comprovado nos autos o extravio, e por isso, é devida a multa por descumprimento de obrigação acessória. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário da Decisão da 2ª Junta de Julgamento Fiscal que houvera julgado Procedente o Auto de Infração referenciado, exigindo pagamento de multa no valor de R\$920,00, em razão de extravio de livros fiscais – LMC – Livro de Movimentação de Combustível.

O Julgador de primeira instância entendeu que não procedia a alegação do autuado quanto à não obrigatoriedade do referido livro e de mantê-lo em boa guarda, e não o fazendo, sujeita-se à penalidade prevista no art. 42, XIV, da Lei nº 7.014/96.

O recorrente interpôs Recurso Voluntário, reiterando que o livro LMC não foi apresentado ao Fisco por motivo de força maior, por ter sido furtado conforme Certidão emitida pela Delegacia de Polícia, não sendo assim justa a penalização que lhe foi imposta.

Pede que o Auto de Infração seja julgado Improcedente.

A Procuradoria Fiscal, em Parecer, opinou pelo Não Provimento do Recurso Voluntário apresentado.

Considerou ausentes argumentos jurídicos capazes de provocar a revisão do acórdão recorrido, disse que a infração apontada está devidamente comprovada e tipificada nos autos, salientando a obrigação do contribuinte de guarda e conservação dos livros fiscais e destacando, ainda, que o furto não tem o condão de descaracterizar o descumprimento da obrigação tributária acessória.

VOTO

A obrigatoriedade da manutenção no estabelecimento do Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC), está inserta no art. 314, inciso V, do RICMS/97.

O recorrente reitera as mesmas alegações trazidas em sede de defesa, as quais foram analisadas e desconsideradas pela Decisão recorrida por não serem suficientes para afastar a penalidade imposta pela autuação.

Assim, acompanho o entendimento externado pela Douta Procuradora, pois verifico que no caso em análise está explícito que o contribuinte, inclusive, incorreu em negligência com a guarda do livro fiscal que, por isso, teria sido extraviado.

Pelo exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário apresentado.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232943.0049/03-8**, lavrado contra **ROMICILIA FRANÇA DA SILVA**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$920,00**, prevista no art. 42, XIV, da Lei nº 7.014/96, com redação dada pela Lei nº 8.534/02

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de Dezembro de 2003.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BARROS RODEIRO - RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE – REPR. DA PGE/PROFIS